

## Nós somos o Citi, o banco global que conecta milhões de pessoas em centenas de países e cidades.

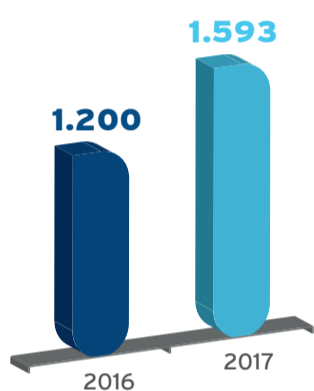
No Brasil, o Citi atua há mais de 100 anos ininterruptos conectando o país com o resto do mundo, por meio de uma plataforma de negócios presente em 98 países, sendo 23 deles na América Latina. Em 2017 foi concluída a venda das operações de varejo, incluindo agências,

cartões de crédito e o segmento de pessoa física da Citi Corretora. O Citi permanece no Brasil com os esforços concentrados no atendimento aos clientes de Corporate and Investment Bank, Commercial Bank e Private Bank.

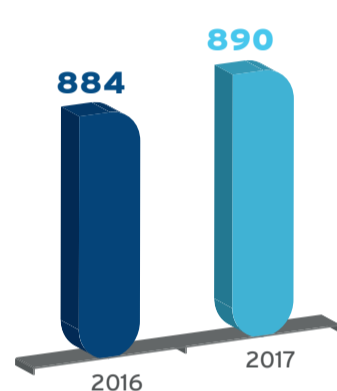
## Nossos Resultados

BR GAAP (em milhões de reais)

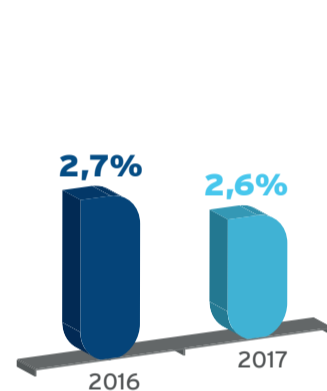
### Resultado antes de imposto



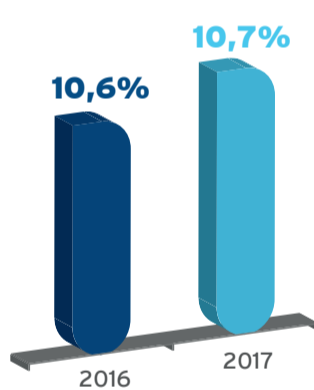
### Lucro líquido ajustado



### Índice de provisão de crédito atacado\*



### Retorno sobre o patrimônio líquido



### Conglomerado financeiro

Resumo da Demonstração Financeira	2017	2016
Ativo total (1)	61.886	72.007
Patrimônio líquido ajustado (2)	8.316	8.337
Resultado antes do imposto	1.593	1.200
Lucro líquido ajustado (2)	890	884

Indicadores:	2017	2016
Retorno sobre o patrimônio líquido (3)	10,7%	10,6%
Índice de Basileia	15,9%	16,6%
Índice de provisão de crédito atacado (4)	2,6%	2,7%

(1) Ativo Total: o saldo de 2016 inclui as operações de varejo.

(2) Patrimônio Líquido Ajustado e Lucro Líquido Ajustado: corresponde ao Patrimônio Líquido e Lucro Líquido Societário ajustados por três eventos: (i) exclusão da constituição do imposto diferido sobre prejuízo fiscal de R\$ 83 MM contabilizado em 2017; (ii) eliminação do efeito fiscal de juros sobre capital próprio de R\$ 225 MM em 2016; e (iii) exclusão da participação de empregados no lucro em R\$ 181 MM (2016 - R\$ 151 MM). O lucro líquido ajustado de 2017 contempla o resultado na alienação das operações de varejo de R\$ 261 MM.

(3) Retorno sobre o Patrimônio Líquido: calculado com base no Lucro Líquido Ajustado.

(4) Índice de Provisão de Crédito Atacado (Provisão para créditos de liquidação duvidosa)/(Total da Carteira de Crédito). Este índice não considera a carteira de varejo em 2016. \*Atacado: contempla os segmentos Corporate and Investment Bank, Commercial Bank e Private Bank.

## Rankings e Reconhecimentos



- ▶ Líder em Custódia para investidores estrangeiros\*
- ▶ Líder no mercado brasileiro de Câmbio em operações com clientes por dez anos consecutivos\*\*
- ▶ Líder na estruturação e distribuição de dívida corporativa e soberana no mercado internacional\*\*\*
- ▶ Global Finance: Melhor Banco Digital Corporativo/Institucional no Brasil por 5 anos consecutivos
- ▶ Eleito uma das Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil pelo GPTW (Great Place to Work) e pela revista Você S/A
- ▶ Apontado pela Love Mondays como uma das 50 empresas mais amadas pelos funcionários no Brasil

\* Ranking Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); \*\*Ranking Banco Central do Brasil; \*\*\*Ranking Dealogic entre os bancos internacionais.



- Global Finance**
- ▶ Melhor Banco de Câmbio
  - ▶ Melhor Banco Global de Custódia
  - ▶ Melhor Banco de Securities Lender
  - ▶ Melhor Banco em Trade Finance Services
  - ▶ Melhor Banco para Liquidity Management
  - ▶ Melhor Banco para Working Capital Optimization
  - ▶ Melhor Banco Digital Corporativo/Institucional
  - ▶ Melhor Banco Digital Corporativo/Institucional, incluindo Brasil e mais 15 países da América Latina

**Latin Finance Magazine**

- ▶ Loan House do ano

**Euromoney**

- ▶ Melhor Banco para Markets
- ▶ Número um em Cash Management para Corporate e Instituições não Financeiras, Instituições Financeiras e transações USD e EUR

**Custody Risk Global Awards**

- ▶ Custodiante do ano



- Global Finance**
- ▶ Melhor Banco Digital Corporativo/Institucional

**Euromoney**

- ▶ Melhor Banco Digital
- ▶ Melhor Banco para Financial Inclusion Markets & Transaction Services

**Greenwich Share and Quality Leaders**

- ▶ Número 1 em Sales & Trading & E-Trading por 3 anos consecutivos

**International Financing Review Awards**

- ▶ Bond House e Bank for Governments



### Corporate & Investment Banking

Responsável pela cobertura especializada de grandes clientes corporativos, em escala global, assegurando a entrega única de produtos e serviços financeiros. Com a presença local de Bankers conectados globalmente, garantimos aos nossos clientes capacidade para atuar em qualquer país que nossos parceiros escolham competir.



### Commercial Bank

Oferece a médias e grandes empresas soluções personalizadas e serviços diferenciados de um Banco Global. Seja no mercado nacional ou no exterior, o Citi contribui para viabilizar a estas empresas crescimento e habilidade de acessar capital em múltiplos países.



### Private Bank

Disponibiliza uma equipe de atendimento composta por Bankers, especialistas de mercado e de produtos, acesso aos diversos provedores, incluindo gestores de fundos de investimento, previdência e originadores de ofertas públicas, além de produtos de crédito para as mais diferentes finalidades, incluindo o financiamento de aeronaves. Por ser parte de um banco global, nossos clientes contam com acompanhamento dos principais mercados mundiais, tendências e estratégias de investimento e tem acesso a fóruns e eventos exclusivos realizados ao redor do mundo.

## Relatório da Administração

**Apresentação:** A Diretoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

**Desempenho:** O Conglomerado Financeiro Citibank Brasil apresentou um lucro líquido de R\$ 791.705 (2016 - R\$ 958.163), o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 9,63% (2016 - 11,39%). Em 31 de dezembro de 2017, o índice de Baseleia do Conglomerado Prudencial era de 15,94% (2016 - 16,58%).

**Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No exercício de 2017 o Conglomerado distribuiu dividendos e juros sobre o capital próprio no montante

## Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)		2017		2016	
	Nota				
<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>		<b>47.141.727</b>	<b>53.698.621</b>	<b>47.141.727</b>	<b>53.698.621</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>431.823</b>	<b>775.813</b>	<b>431.823</b>	<b>775.813</b>
Aplicações em operações compromissadas	5	12.955.371	9.546.373	12.955.371	9.546.373
Aplicações em depósitos interfinanceiros		11.582.744	7.952.343	11.582.744	7.952.343
Aplicações em moedas estrangeiras		580.730	813.149	580.730	813.149
Aplicações em moedas estrangeiras		791.897	780.881	791.897	780.881
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>6 e 7</b>	<b>12.620.414</b>	<b>13.926.071</b>	<b>12.620.414</b>	<b>13.926.071</b>
Carteira própria		6.234.598	7.123.339	6.234.598	7.123.339
Vinculados a operações compromissadas		2.760.866	2.717.046	2.760.866	2.717.046
Instrumentos financeiros derivativos		2.338.929	3.294.555	2.338.929	3.294.555
Vinculados à prestação de garantias		1.286.021	1.651.131	1.286.021	1.651.131
<b>Relações interfinanceiras</b>		<b>3.654.410</b>	<b>5.856.246</b>	<b>3.654.410</b>	<b>5.856.246</b>
Créditos vinculados:					
Depósitos no banco central		3.654.333	5.856.128	3.654.333	5.856.128
Correspondentes País		77	118	77	118
<b>Operações de crédito</b>	<b>8</b>	<b>5.809.244</b>	<b>8.758.808</b>	<b>5.809.244</b>	<b>8.758.808</b>
Operações de crédito - Setor privado		6.088.239	9.115.605	6.088.239	9.115.605
Operações de crédito vinculadas a cessão (Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.f	-	4.817	-	4.817
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>	<b>8</b>	<b>12.307</b>	<b>44.665</b>	<b>12.307</b>	<b>44.665</b>
Operações de arrendamento a receber - Setor privado (Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.f	15.170	46.907	15.170	46.907
<b>Outros créditos</b>	<b>8.f</b>	<b>(2.863)</b>	<b>(2.242)</b>	<b>(2.863)</b>	<b>(2.242)</b>
Carteira de câmbio		11.643.585	14.774.142	11.643.585	14.774.142
Fluência a receber	9	8.014.713	8.712.541	8.014.713	8.712.541
Fluência a receber	10	265.197	415.977	265.197	415.977
Negociação e intermediação de valores	11	2.411.598	1.96.063	2.411.598	1.96.063
Créditos tributários	11	499.394	627.454	499.394	627.454
Diversos	12	2.673.932	4.985.527	2.673.932	4.985.527
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.f	(51.249)	(163.440)	(51.249)	(163.440)
<b>Outros valores e bens</b>		<b>14.573</b>	<b>16.503</b>	<b>14.573</b>	<b>16.503</b>
Outros valores e bens		-	1.253	-	1.253
Despesas antecipadas	13	14.573	28.250	14.573	28.250
<b>Não circulante</b>		<b>14.744.461</b>	<b>18.308.000</b>	<b>14.744.461</b>	<b>18.308.000</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>14.432.125</b>	<b>17.778.518</b>	<b>14.432.125</b>	<b>17.778.518</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>5</b>	<b>581.037</b>	<b>30.018</b>	<b>581.037</b>	<b>30.018</b>
Aplicações em operações compromissadas		140.211	-	140.211	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		440.826	30.018	440.826	30.018
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>6 e 7</b>	<b>9.744.793</b>	<b>11.283.730</b>	<b>9.744.793</b>	<b>11.283.730</b>
Carteira própria		2.511.153	1.073.465	2.511.153	1.073.465
Vinculados a operações compromissadas		990.903	750.138	990.903	750.138
Instrumentos financeiros derivativos		1.594.387	2.238.762	1.594.387	2.238.762
Vinculados à prestação de garantias		4.648.350	7.221.365	4.648.350	7.221.365
<b>Operações de crédito</b>	<b>8</b>	<b>1.760.709</b>	<b>4.173.351</b>	<b>1.760.709</b>	<b>4.173.351</b>
Operações de crédito - Setor privado (Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.f	1.833.859	4.865.641	1.833.859	4.865.641
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>	<b>8</b>	<b>(73.150)</b>	<b>(692.290)</b>	<b>(73.150)</b>	<b>(692.290)</b>
Operações de arrendamento a receber - Setor privado (Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.f	33.742	36.930	33.742	36.930
<b>Outros créditos</b>	<b>8.f</b>	<b>-</b>	<b>(2.902)</b>	<b>-</b>	<b>(2.902)</b>
Créditos por avais e fianças honoradas		2.311.844	2.257.391	2.311.844	2.257.391
Carteira de câmbio	9	11.700	151.601	11.700	151.601
Rendas a receber	9	169.030	123.426	169.030	123.426
Rendas a receber	10	3.384	2.579	3.384	2.579
Créditos tributários	11	632.299	1.072.301	632.299	1.072.301
Diversos	12	1.495.641	1.059.085	1.495.641	1.059.085
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.f	(210)	(1.610)	(210)	(1.610)
<b>Permanente</b>	<b>8.f</b>	<b>312.336</b>	<b>529.482</b>	<b>312.336</b>	<b>529.482</b>
<b>Investimentos</b>	<b>14</b>	<b>3.784</b>	<b>38.077</b>	<b>3.784</b>	<b>38.077</b>
Participações em coligadas e controladas		-	31.599	-	31.599
Outros investimentos		9.764	12.458	9.764	12.458
(Provisão para perdas)		(5.980)	(5.980)	(5.980)	(5.980)
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>15</b>	<b>137.109</b>	<b>223.217</b>	<b>137.109</b>	<b>223.217</b>
Imóveis de uso		66.196	66.197	66.196	66.197
Imobilizações em curso		3.084	10.743	3.084	10.743
Sistemas de processamento de dados		143.963	168.227	143.963	168.227
Outras imobilizações de uso		339.611	579.299	339.611	579.299
(Depreciações acumuladas)		(415.745)	(601.249)	(415.745)	(601.249)
<b>Intangível</b>	<b>16</b>	<b>171.443</b>	<b>268.188</b>	<b>171.443</b>	<b>268.188</b>
Ativos intangíveis		278.808	462.642	278.808	462.642
(Amortizações acumuladas)		(107.365)	(194.454)	(107.365)	(194.454)
<b>Total do ativo</b>		<b>61.886.188</b>	<b>72.006.621</b>	<b>61.886.188</b>	<b>72.006.621</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)		Capital social		Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial		Lucros acumulados		Total	
	Nota	Capital realizado	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Reservas especiais de lucros	patrimonial	acumulados	-	-	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>4.106.550</b>	-	<b>480.776</b>	<b>3.307.490</b>	-	<b>(209.230)</b>	<b>69.305</b>	-	<b>7.685.586</b>	-	
Adoção ao CPC 33 - Benefícios a empregados		-	-	-	-	-	(69.305)	69.305	-	-	-	
<b>Saldos de abertura em 1º de janeiro de 2016 (Reapresentado)</b>		<b>4.106.550</b>	-	<b>480.776</b>	<b>3.307.490</b>	-	<b>(278.535)</b>	<b>69.305</b>	-	<b>7.685.586</b>	-	
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	271.371	-	-	271.371	-	
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-	-	-	-	(3.862)	-	-	(3.862)	-	
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	958.163	-	958.163	-	
Destinações:												
Reservas	25.b e c	-	-	47.907	456.071	23.490	-	(527.468)	-	(500.000)	(500.000)	
Juros sobre capital próprio	25.d	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>4.106.550</b>	-	<b>528.683</b>	<b>3.763.561</b>	<b>23.490</b>	<b>(11.026)</b>	<b>58.410</b>	-	<b>8.411.258</b>	-	
Aumento de capital		27.000	-	-	(27.000)	-	-	-	-	-	-	
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	58.410	-	-	58.410	-	
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-	-	-	-	(3.336)	-	-	(3.336)	-	
Redução de capital (Cisão)	25.a	(274)	-	-	-	-	-	(309)	-	(309)	-	
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	791.705	-	791.705	-	
Destinações:												
Reservas	25.b	-	-	39.585	329.557	182.488	-	(551.630)	-	(51.300)	(1.039.766)	
Dividendos	25.c e d	-	-	-	(776.510)	(23.490)	-	(239.766)	-	(1.039.766)	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>4.133.276</b>	-	<b>568.268</b>	<b>3.289.608</b>	<b>182.488</b>	<b>44.048</b>	<b>457.521</b>	-	<b>8.217.688</b>	-	
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>		<b>4.106.550</b>	<b>27.000</b>	<b>552.763</b>	<b>3.250.051</b>	<b>182.488</b>	<b>31.657</b>	<b>457.521</b>	-	<b>8.685.542</b>	-	
Aumento de capital		27.000	(27.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	15.670	-	-	15.670	-	
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-	-	-	-	(3.279)	-	-	(3.279)	-	
Redução de capital (Cisão)	25.a	(274)	-	-	-	-	-	(309)	-	(583)	-	
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	310.104	-	310.104	-	
Destinações:												
Reservas	25.b	-	-	15.505	329.557	182.488	-	(527.550)	-	(789.766)	-	
Dividendos	25.c e d	-	-	-	(550.000)	-	-	(239.766)	-	(789.766)	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>4.133.276</b>	-	<b>568.268</b>	<b>3.289.608</b>	<b>182.488</b>	<b>44.048</b>	<b>-</b>	-	<b>8.217.688</b>	-	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

### 1 | Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil ("Conglomerado"), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes do Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras das empresas do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, independente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais das empresas constantes nesse Conglomerado estão sendo publicadas separadamente.

Em 08 de outubro de 2016, o Banco Citibank S.A. (Banco), empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank, e o grupo Itaú Unibanco celebraram contrato de compra e venda das operações de *Consumer Bank* Brasil, onde o grupo Itaú Unibanco se tornou o sucessor dos negócios de varejo do Banco no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, 71 agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, assim como as participações societárias detidas na TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (4,03%) e na CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização (3,60%). A operação de compra e venda envolveu uma base de 315 mil clientes correntistas, R\$ 35 bilhões entre depósitos e ativos sob gestão, R\$ 1,1 milhão de cartões de crédito e R\$ 6 bilhões de carteira de crédito, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2015.

A operação envolveu a reestruturação societária de algumas empresas do Conglomerado Financeiro Citibank, de modo que o negócio do varejo foi cindido e absorvido pelo grupo Itaú Unibanco. A transação foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica em agosto de 2017 e pelo Banco Central do Brasil em outubro de 2017. A operação de venda do *Consumer Bank* foi concluída no segundo semestre de 2017.

Apresentamos os valores cindidos no segundo semestre de 2017:

	2º Semestre de 2017	
	2017	2016
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante e realizável a longo prazo</b>	<b>8.521.509</b>	<b>8.521.509</b>
Disponibilidades	250.279	250.279
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.097.743	2.097.743
Relações interfinanceiras	2.824	2.824
Operações de crédito	2.969.143	2.969.143
Outros créditos	3.196.902	3.196.902
Outros valores e bens	4.618	4.618
<b>Permanente</b>	<b>129.662</b>	<b>129.662</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>8.651.171</b>	<b>8.651.171</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante e exigível a longo prazo</b>	<b>8.650.589</b>	<b>8.650.589</b>
Depósitos	4.955.113	4.955.113
Recursos de aceites e emissão de títulos	850.723	850.723
Relações interdependências	14.862	14.862
Outras obrigações	2.829.891	2.829.891
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>582</b>	<b>582</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>8.651.171</b>	<b>8.651.171</b>

Os ativos e passivos do *Consumer* foram objeto de laudo contábil, auditado para as datas-base de 31 de julho e 30 de setembro de 2017.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Banco em 26 de fevereiro de 2018.

Continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

- Ações de empresa de liquidação e custódia vinculadas à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, mantidas a custo original; e
- Outros investimentos, avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

### ii. Imobilizado de uso e imobilizado de arrendamento

Até dezembro de 2016, foi imobilizado e registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos e 4% para edificações. A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende, o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciado dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual o Conglomerado espera utilizar o ativo. Conforme descrito na nota 2, o imobilizado de arrendamento foi reclassificado para a rubrica de "Operações de arrendamento mercantil". O imobilizado das operações regidas pela Portaria nº 140/1984, do Ministério da Fazenda, está reduzido pelo valor da depreciação calculada às taxas previstas pela legislação fiscal, aceleradas em 30%, quando aplicável. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à superveniência ou insuficiência de depreciação descrita na nota 31.

### iii. Intangível

O ativo intangível é composto por:

- Aquisição e desenvolvimento de *software* registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa anual de 20%, contabilizados a partir de 1º de outubro de 2008; e
- Aquisição do direito de exploração de folha de pagamento, amortizados pelo prazo contratual. A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.534 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos ativos intangíveis serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou o custo de desenvolvimento à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis, e demais custos diretamente atribuíveis, necessários para a preparação do ativo para a finalidade proposta. A amortização será reconhecida mensalmente, ao longo da vida útil estimada do ativo, em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual o Conglomerado espera utilizar o ativo. Os ativos intangíveis caracterizados como de vida útil indefinida não são amortizáveis.

### n) Redução do valor recuperável de ativos (impairment)

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 04, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, e
- Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

### o) Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

### p) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25, e Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do BACEN.

### i. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

**Ativos contingentes** - Não são reconhecidos, exceto quando há existência de evidências que assegurem sua realização. Os ativos contingentes, cuja expectativa de extinção é provável, são divulgados nas notas explicativas.

**Passivos contingentes** - Basicamente, decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Conforme define o CPC 25, as contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. A análise e classificação das provisões prováveis é realizada com base na avaliação de assessores jurídicos e da Administração.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescrito na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois a entidade espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a justiça do trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo.

As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

As ações cíveis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas com base na média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses acrescidas dos juros desde a data de ajustamento/citação mensalmente.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte:

No ajustamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. O referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas quando da sentença em primeira instância adicionado do valor de risco existente na base ativa. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudente em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre maneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

As ações cíveis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável. As ações fiscais e previdenciárias são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial. São constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente.

As ações cíveis, fiscais e previdenciárias e trabalhistas estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - Diversas".

### q) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% para o imposto de Renda. Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP nº 675/2015, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras, de 15% para 20%. A MP entrou em vigor a partir de 1º de setembro de 2015 e a referida MP foi convertida na Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, e na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, determinam que o Conglomerado deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucro ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em exercícios subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de 10 anos.

### r) Plano de incentivos com base em ações

O Conglomerado participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup, representado pelos seguintes programas:

- CAP (*Capital Accumulation Program*), que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Afiladas em Planos de Ações (*Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA*) em que o Conglomerado efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos.

O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup Inc. É reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão com uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup Inc. e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição.

### s) Benefícios pós-emprego

O Conglomerado participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelos funcionários durante o ano. O Conglomerado também participa de plano de benefício de aposentadoria e plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido onde não há participação do funcionário em seu custeio. Para seus planos de benefício definido, a obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço passado.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos, e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação previdenciária. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente e passado, as despesas de juros e o retorno esperado sobre os ativos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Será reconhecido um excedente no balanço quando houver um benefício econômico disponível ao Conglomerado como redução nas contribuições futuras ou como reembolso de verbas para a empresa (regra do teto do *asset ceiling*).

O Banco Central publicou em 25 de junho de 2015 a Resolução nº 4.424 do Conselho Monetário Nacional - CMN, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Para o plano de assistência à saúde para aposentados essa Resolução não trouxe impactos no balanço patrimonial do Conglomerado em função da adoção antecipada do CPC 33, considerando que este plano estava defasado.

Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e mesmo estes, sendo superavitários, a aplicação da regra gerou um impacto na linha de outros ajustes de avaliação patrimonial, lucros acumulados e resultado decorrente da contabilização do custo do benefício definido considerando premissas atuariais. Não houve impacto em ativos e passivos, dada a observância da regra do *asset ceiling*.

### i. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, inclusive Participação nos Lucros e Resultados, para os empregados atuais são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

## 4 | Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Disponibilidades em moeda nacional	4.491	290.501
Disponibilidades em moedas estrangeiras	424.312	472.999
Aplicações temporárias em ouro	3.020	12.313
Aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	5.213.193	2.694.497
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.444	224.563
Aplicações em moedas estrangeiras	791.897	780.881
<b>Total</b>	<b>6.447.357</b>	<b>4.475.754</b>

## 5 | Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2017				2016			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
<b>Aplicações em operações compromissadas</b>	<b>11.294.940</b>	<b>287.804</b>	<b>140.211</b>	<b>11.722.955</b>	<b>7.952.343</b>	<b>1.044.444</b>	<b>140.211</b>	<b>9.137.000</b>
<b>Posição bancada</b>	<b>9.161.051</b>	<b>217.042</b>	<b>140.211</b>	<b>9.518.304</b>	<b>4.818.674</b>	<b>352.560</b>	<b>140.211</b>	<b>5.221.445</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.176.684	-	-	2.176.684	352.560	-	-	352.560
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.549.602	107.812	140.211	2.797.625	607.844	-	-	607.844
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.434.765	109.230	-	4.543.995	3.858.270	-	-	3.858.270
<b>Posição financiada</b>	<b>3.099</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.099</b>	<b>49.224</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>49.224</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	47.503	-	-	47.503
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	1.721	-	-	1.721
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.099	-	-	3.099	-	-	-	-
<b>Posição vendida</b>	<b>2.130.790</b>	<b>70.762</b>	<b>-</b>	<b>2.201.552</b>	<b>3.084.445</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.084.445</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.155.380	-	-	1.155.380	1.069.160	-	-	1.069.160
Notas do Tesouro Nacional - NTN	975.410	70.762	-	1.046.172	2.015.285	-	-	2.015.285
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>134.022.546</b>	<b>446.708</b>	<b>440.826</b>	<b>1.021.556</b>	<b>843.167</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>843.167</b>
Certificados de depósitos interfinanceiros	134.022.446	708	440.826	1.021.556	843.167	-	-	843.167
<b>Outras aplicações</b>	<b>791.897</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>791.897</b>	<b>780.881</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>780.881</b>
Aplicações em moedas estrangeiras	791.897	-	-	791.897	780.881	-	-	780.881
<b>Total</b>	<b>12.220.859</b>	<b>734.512</b>	<b>581.037</b>	<b>13.536.408</b>	<b>9.576.391</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.576.391</b>

## 6 | Títulos e valores mobiliários

### a) Títulos para negociação

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

	2017					2016				
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado	Total	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado	Total
<b>Títulos para negociação</b>	<b>5.662.958</b>	<b>5.728.449</b>	<b>6.950.839</b>	<b>7.007.004</b>	<b>12.619.797</b>	<b>5.662.958</b>	<b>5.728.449</b>	<b>6.950.839</b>	<b>7.007.004</b>	<b>12.619.797</b>
Carteira própria	4.348.416	4.349.766	4.246.989	4.262.704	8.595.185	4.348.416	4.349.766	4.246.989	4.262.704	8.595.185
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.174.049	1.176.079	2.563.595	2.606.488	3.780.634	1.174.049	1.176.079	2.563.595	2.606.488	3.780.634
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações de companhias abertas	46	62.419	31.208	30.718	67.625	46	62.419	31.208	30.718	67.625
Ações recebidas por empréstimos	68.195	68.195	100.596	98.775	168.791	68.195	68.195	100.596	98.775	168.791
Cotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	72.252	71.990	-	-	144.242	72.252	71.990	-	-	144.242
<b>Vinculado a compromissos de recompra</b>	<b>2.433.643</b>	<b>2.439.527</b>	<b>1.394.780</b>	<b>1.410.517</b>	<b>3.848.160</b>	<b>2.433.643</b>	<b>2.439.527</b>	<b>1.394.780</b>	<b>1.410.517</b>	<b>3.848.160</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.937.762	1.941.472	1.394.780	1.410.517	3.334.524	1.937.762	1.941.472	1.394.780	1.410.517	3.334.524
Letras do Tesouro Nacional - NTN	495.881	497.785	542.041	550.377	1.095.905	495.881	497.785	542.041	550.377	1.095.905
<b>Vinculado à prestação de garantias</b>	<b>1.048.924</b>	<b>1.049.000</b>	<b>1.115.987</b>	<b>1.118.163</b>	<b>2.167.911</b>	<b>1.048.924</b>	<b>1.049.000</b>	<b>1.115.987</b>	<b>1.118.163</b>	<b>2.167.911</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	639.291	639.516	1.115.987	1.118.163	2.303.961	639.291	639.516	1.115.987	1.118.163	2.303.961
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	409.633	409.484	-	-	819.117	409.633	409.484	-	-	819.117
<b>Total</b>	<b>9.145.525</b>	<b>9.216.706</b>	<b>9.461.606</b>	<b>9.535.684</b>	<b>18.617.183</b>	<b>9.145.525</b>	<b>9.216.706</b>	<b>9.461.606</b>	<b>9.535.684</b>	<b>18.617.183</b>

### b) Títulos disponíveis para venda

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:

	2017					2016							
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>130.614</b>	<b>2.890.193</b>	<b>1.038.042</b>	<b>739.173</b>	<b>341.602</b>	<b>588.825</b>	<b>3.728.426</b>	<b>130.614</b>	<b>2.890.193</b>	<b>1.038.042</b>	<b>739.173</b>	<b>341.602</b>	<b>588.825</b>
Carteira própria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	2.806.978	969.514	573.274	-	-	3.650.766	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	83.215	68.528	165.899	341.602	516.835	1.173.079	-	-	-	-	-	-
Ações de companhias abertas	-	62.419	-	-	-	-	124.838	-	-	-	-	-	-
Ações recebidas por empréstimos	-	68.195	-	-	-	-	136.990	-	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-	71.990	144.242	-	-	-	-	-	-
<b>Vinculado a compromissos de recompra</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.401.447</b>	<b>582.397</b>	<b>81.703</b>	<b>373.710</b>	<b>2.369.357</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.401.447</b>	<b>582.397</b>	<b>81.703</b>	<b>373.710</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	1.401.447	540.025	-	-	1.941.472	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	42.372	81.703	124.075	-	-	-	-	-	-
<b>Vinculado à prestação de garantias</b>	<b>-</b>	<b>398.344</b>	<b>639.516</b> </										

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Nível de risco	2016					Provisão adicional (1)	Total da provisão
	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Pessoas físicas	Rural		
H	103.087	191.884	77	436.376	7.674	142.780	881.878 (881.878)
<b>Total</b>	<b>3.266.501</b>	<b>7.307.215</b>	<b>539.301</b>	<b>6.515.318</b>	<b>173.748</b>	<b>1.948.903</b>	<b>19.750.986 (1.367.030)</b>

Nível de risco	2017					Provisão adicional (1)	Total da provisão
	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Pessoas físicas	Rural		
H	103.087	191.884	77	436.376	7.674	142.780	881.878 (881.878)
<b>Total</b>	<b>3.266.501</b>	<b>7.307.215</b>	<b>539.301</b>	<b>6.515.318</b>	<b>173.748</b>	<b>1.948.903</b>	<b>19.750.986 (1.367.030)</b>

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco

Nível de risco	Saldo da carteira				Saldo da provisão			
	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da carteira	%	Nível de provisão	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da provisão
AA	5.583.368	-	5.583.368	51,29	-	-	-	-
A	3.452.899	-	3.452.899	31,72	0,50	(17.264)	-	(17.264)
B	1.090.211	2.118	1.092.329	10,03	1,00	(10.902)	(21)	(10.923)
C	195.586	-	195.586	1,80	3,00	(5.868)	-	(5.868)
D	175.517	58	175.575	1,61	10,00	(17.552)	(5)	(17.557)
E	28.259	38	28.297	0,26	30,00	(8.478)	(11)	(8.489)
F	7.535	1	7.536	0,07	50,00	(3.767)	(1)	(3.768)
G	50.924	1.997	52.921	0,49	70,00	(35.648)	(1.397)	(37.045)
H	162.514	134.700	297.214	2,73	100,00	(162.515)	(134.701)	(297.216)
<b>Total</b>	<b>10.746.813</b>	<b>138.912</b>	<b>10.885.725</b>	<b>100,00</b>		<b>(261.994)</b>	<b>(136.136)</b>	<b>(398.130)</b>

Nível de risco	Saldo da carteira				Saldo da provisão			
	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da carteira	%	Nível de provisão	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da provisão
AA	5.879.127	-	5.879.127	29,77	-	-	-	-
A	8.736.234	-	8.736.234	44,23	0,50	(43.681)	-	(43.681)
B	2.257.205	4.196	2.261.401	11,45	1,00	(22.572)	(42)	(22.614)
C	235.122	3.194	238.316	1,21	3,00	(7.053)	(96)	(7.149)
D	1.118.630	12.431	1.131.061	5,73	10,00	(111.863)	(1.243)	(113.106)
E	264.962	17.261	282.223	1,43	30,00	(79.489)	(5.177)	(84.666)
F	64.135	58.797	122.932	0,62	50,00	(32.067)	(29.399)	(61.466)
G	70.080	147.734	217.814	1,10	70,00	(49.056)	(103.414)	(152.470)
H	533.260	348.618	881.878	4,46	100,00	(533.260)	(348.618)	(881.878)
<b>Total</b>	<b>19.158.755</b>	<b>592.231</b>	<b>19.750.986</b>	<b>100,00</b>		<b>(879.041)</b>	<b>(487.989)</b>	<b>(1.367.030)</b>

d) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

	2017	2016
Vencidas há mais de 14 dias	138.912	592.231
A vencer até 90 dias	4.423.241	7.892.759
De 91 a 360 dias	4.472.001	6.992.586
Acima de 360 dias	1.851.571	4.273.410
<b>Total</b>	<b>10.885.725</b>	<b>19.750.986</b>

e) Composição da carteira de crédito por concentração

	2017		2016	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
10 maiores devedores	2.969.027	27,27	3.430.837	17,37
20 seguintes maiores devedores	2.143.864	19,69	2.423.339	12,57
50 seguintes maiores devedores	2.401.307	22,06	3.210.195	16,25
100 seguintes maiores devedores	1.798.515	16,53	2.264.400	11,47
Demais clientes	1.573.012	14,45	8.422.215	42,64
<b>Total</b>	<b>10.885.725</b>	<b>100,00</b>	<b>19.750.986</b>	<b>100,00</b>

f) Movimentações à conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2º Semestre 2017		Exercícios 2016	
	2017	2017	2016	2016
Crédito com características de concessão de crédito	(1.222.211)	(1.374.089)	(991.252)	(991.252)
Constituições líquidas de reversões	(199.612)	(407.851)	(1.009.520)	(1.009.520)
Créditos baixados como prejuízo	325.264	685.381	626.456	626.456
Baixa pela Cisão da Carteira Consumer	690.922	690.922	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>(406.467)</b>	<b>(406.467)</b>	<b>(1.374.089)</b>	<b>(1.374.089)</b>
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	83.693	210.037	235.826	235.826
Reogeração de créditos	(264.599)	163.076	754.091	754.091

g) Composição do resultado de operações de crédito

	2º Semestre 2017		Exercícios 2016	
	2017	2017	2016	2016
Empréstimos	397.633	1.087.875	1.661.983	1.661.983
Títulos descontados	80	774	1.302	1.302
Financiamentos	59.108	150.525	173.394	173.394
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	83.693	210.037	235.826	235.826
Rendas de financiamentos à exportação	148.151	202.328	23.199	23.199
Rendas de financiamentos rurais	34.189	89.860	122.115	122.115
Rendas de financiamentos habitacionais	35.428	91.415	119.803	119.803
Rendas de direitos por empréstimos de ações	113	573	10.498	10.498
Rendas de adiantamentos a depositantes	3.248	8.126	11.174	11.174
Financiamentos de títulos e valores mobiliários	-	-	526	526
Outros	-	-	2.721	2.721
<b>Total</b>	<b>761.643</b>	<b>1.841.513</b>	<b>2.362.541</b>	<b>2.362.541</b>

h) Operações ativas vinculadas

Apresentamos abaixo informações relativas a operações ativas vinculadas, realizadas na forma prevista na Resolução nº 2.921 de 17 de janeiro de 2002, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

	2017		2016	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Operações ativas vinculadas	1.059.774	16.690	989.208	40.970
Obrigações por operações ativas vinculadas	-	-	-	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(1.059.774)	-	(989.208)	-
<b>Resultado líquido das operações vinculadas</b>	<b>-</b>	<b>16.690</b>	<b>-</b>	<b>40.970</b>

Operações ativas vinculadas

	2017		2016	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
Operações de crédito	14.754	40.672	1.004.348	1.059.774
<b>Total</b>	<b>14.754</b>	<b>40.672</b>	<b>1.004.348</b>	<b>1.059.774</b>

9 | Carteira de câmbio

	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros créditos	-	-	-	-
Câmbio comprado a liquidar	4.573.632	87.531	4.674.733	57.469
Direitos sobre venda de câmbio	3.488.315	81.284	4.081.614	61.791
Adiantamentos em moeda nacional recebidos (-)	(52.740)	-	(53.212)	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 8.a)	5.506	215	9.406	4.163
Outros	-	-	-	3
<b>Total</b>	<b>8.014.713</b>	<b>169.030</b>	<b>8.712.541</b>	<b>123.426</b>

Outras obrigações

	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Câmbio vendido a liquidar	3.529.605	82.908	3.800.195	60.779
Obrigações por compra de câmbio	4.500.210	81.284	4.922.811	61.791
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 8.a)	(375.751)	-	(754.526)	-
<b>Total</b>	<b>7.654.064</b>	<b>164.192</b>	<b>8.038.480</b>	<b>122.570</b>

As responsabilidades por créditos abertos para importação no valor de R\$ 60.173 (2016 - R\$ 112.415) estão registradas em conta de compensação.

10 | Negociação e intermediação de valores

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Outros créditos	-	-	-	-
Outros obrigações	76.341	-	17.287	-
Caixas de registros e liquidação devedores/credores em conta de liquidações pendentes (1)	218.869	2.117.623	164.482	2.299.631
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar (posição própria)	19.502	75.325	14.294	495.623
Credores por empréstimos de ações	-	798.055	-	583.580
Outros créditos/obrigações por negociação e intermediação de valores	3.227	60.673	-	59.475
<b>Total</b>	<b>241.598</b>	<b>3.128.017</b>	<b>196.063</b>	<b>3.439.819</b>

(1) O saldo do passivo refere-se, basicamente, a valores em trânsito de investidores estrangeiros, para os quais o Conglomerado presta serviço de custódia de valores.

11 | Créditos tributários

De acordo com as práticas contábeis e as regulamentações do Conselho Monetário Nacional - CMN, a Administração do Conglomerado, constituiu créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2017 e 2016. A referida constituição respeitou a projeção de lucratividade do Conglomerado, bem como a expectativa de realização dos citados créditos tributários e o histórico de lucros fiscais nos últimos cinco exercícios.

a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda

	Saldo em			
	31/12/2016	Constituição	Realização	Cisão
Provisão para bônus e gratificação periódica	98.559	116.705	(117.203)	(262)
Provisão para outros pagamentos	122.022	175.769	(184.021)	(6.177)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	501.020	157.785	(174.059)	(261.351)
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	180.794	82.627	(50.055)	(60.220)
Prejuízos fiscais a compensar	48.972	-	(26.569)	-
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos	-	23.286	-	-
Insuficiência de depreciação	22.685	-	(4.044)	-
Benefícios à empregados CPC 33	-	1.242	-	-
<b>Total</b>	<b>974.052</b>	<b>557.414</b>	<b>(555.951)</b>	<b>(328.010)</b>

Saldo em 31/12/2015

	Saldo em			
	31/12/2015	Constituição	Realização	Cisão
Provisão para bônus e gratificação periódica	98.559	116.705	(117.203)	(262)
Provisão para outros pagamentos	122.022	175.769	(184.021)	(6.177)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	390.058	263.721	(152.759)	501.020
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	180.794	82.627	(50.055)	(60.220)
Prejuízos fiscais a compensar	48.972	-	(26.569)	-
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos	-	23.286	-	-
Insuficiência de depreciação	22.685	-	(4.044)	-
Benefícios à empregados CPC 33	-	1.242	-	-
<b>Total</b>	<b>974.052</b>	<b>557.414</b>	<b>(555.951)</b>	<b>(328.010)</b>

Saldo em 31/12/2016

	Saldo em			
	31/12/2016	Constituição	Realização	Cisão
Provisão para bônus e gratificação periódica	87.966	71.877	(86.191)	(157)
Provisão para outros pagamentos	78.216	119.128	(110.413)	(3.706)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	362.704	94.671	(160.889)	(156.811)
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	142.027	50.326	(53.633)	(36.131)
Base negativa de contribuição social	54.790	58.209	(42.512)	-
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos	-	13.972	-	-
Benefícios à empregados CPC 33	-	745	-	-
<b>Total</b>	<b>725.703</b>	<b>408.928</b>	<b>(453.638)</b>	<b>(196.805)</b>

	Saldo em			
	31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 30/12/2016
Provisão para bônus e gratificação periódica	73.645	58.874	(44.553)	87.966
Provisão para outros pagamentos	57.451	62.533	(41.768)	78.216
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	286.214	168.771	(92.281)	362.704
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	114.197	57.725	(29.895)	142.027
Base negativa de contribuição social	69.101	1.495	(15.806)	54.790
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos	-	54.862	630	(55.492)
<b>Total</b>	<b>655.470</b>	<b>350.028</b>	<b>(279.795)</b>	

Continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

- ISS Atividade Bancária - R\$ 74.899 (2016 - R\$ 73.441):** Trata-se de processo onde se discute a incidência do ISS sobre determinadas receitas relacionadas à atividade bancária. Aguardam-se decisões judiciais sobre o tema.
- PIS e COFINS sobre Incorporação de Ações - R\$ 15.810 (2016 - R\$ 14.927):** Trata-se de processo onde se discute o recolhimento de PIS e COFINS sobre suposto ganho de capital ocorrido na incorporação de ações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Aguarda-se julgamento de segunda instância administrativa.
- ISS Corretagem - R\$ 5.144 (2016 - R\$ 4.792):** Trata-se de processo onde se discute a incidência do ISS sobre as operações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Aguarda-se julgamento de Embargos à Execução.

O Conglomerado optou por desistir de processos administrativos nos termos da Lei nº 13.496 de 24 de outubro de 2017, mediante antecipação de 20% e saldo remanescente a ser liquidado integralmente em janeiro de 2018, aproveitando os benefícios oferecidos pela Lei e suas regulamentações. Seguem as discussões: A) Alegação de Decadência de IRPJ e CSLL cobrados sobre a diferença de índices para correção monetária de balanço ocorrida em 1990; B) processos que discutiam despachos decisórios que homologaram parcialmente compensações de tributos efetuadas pela Entidade. Para tanto houve constituição de provisão no montante de R\$ 20.083 e utilização de R\$ 19.014. Aguarda-se homologação da Anistia que reduziu as contingências em R\$ 110.497.

### b) Movimentação das contingências

	Saldo em 31/12/2016						Saldo em 31/12/2017
	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Cisão		
Cíveis	141.661	47.899	(38.492)	(58.017)	10.258	(27.196)	76.113
Trabalhistas	377.307	162.810	(18.958)	(51.917)	44.956	(213.683)	300.515
Fiscais	285.933	-	(6.998)	(3.357)	(17.788)	-	257.790
<b>Total</b>	<b>804.901</b>	<b>210.709</b>	<b>(64.448)</b>	<b>(113.291)</b>	<b>37.426</b>	<b>(240.879)</b>	<b>634.418</b>

	Saldo em 31/12/2015						Saldo em 31/12/2016
	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Cisão		
Cíveis	162.619	34.293	(28.451)	(49.919)	23.119	-	141.661
Trabalhistas	361.928	122.740	(26.913)	(126.113)	45.571	-	377.307
Fiscais	262.620	15.023	(6.745)	(2.945)	17.980	-	285.933
<b>Total</b>	<b>787.167</b>	<b>172.056</b>	<b>(62.009)</b>	<b>(178.983)</b>	<b>86.670</b>	<b>-</b>	<b>804.901</b>

### 24) Pagamentos baseados em ações

a) **Premissas de valor justo**  
As premissas utilizadas para avaliação das opções concedidas pelo Citigroup, são baseadas em um modelo binomial de avaliação. A volatilidade foi estimada considerando a volatilidade histórica em opções negociadas do Citigroup e efetuando ajustes nos pontos em que sejam conhecidos os fatores que podem afetar a volatilidade futura. A premissa sobre a expectativa anual de cancelamento de opções por perda do prazo de exercício toma por base a experiência histórica do Citigroup. Além disso, certas ações recebidas através de exercícios de opção, bem como outros tipos de opções concedidas, estão sujeitas a restrições de venda. Os descontos foram aplicados ao valor justo das opções concedidas de modo a refletir tais restrições de venda.

b) **Programa de recompensa em ações**  
O Conglomerado participa do programa CAP do Citigroup, nas quais as ações ordinárias do Citigroup são concedidas sob a forma de ações restritas aos empregados participantes. Para o programa, durante o período de carência aplicável, as ações concedidas não podem ser vendidas ou transferidas pelo empregado participante, que está sujeito ao cancelamento do programa, caso seu contrato de trabalho seja rescindido. Após as concessões adquiridas, as ações tornam-se transferíveis e podem ser vendidas pelo empregado participante.

As recompensas em ações concedidas geralmente são adquiridas à razão de 25% ao ano, ao longo de quatro anos. A despesa associada a recompensas em ações é lançada contra resultado durante o período de aquisição, como se cada parcela de recompensa fosse uma recompensa em separado com sua própria data de aquisição. O programa prevê que os empregados que alcançaram uma determinada idade mais os anos de serviço requeridos (empregados elegíveis a aposentadoria) podem encerrar o vínculo empregatício e continuar com a programação de concessão de suas ações. Para esses participantes, o lançamento dessas recompensas como despesa contra resultado é acelerado com base na data em que as exigências de elegibilidade para a aposentadoria são atendidas. Para determinadas recompensas com base em ações que sejam liquidadas de tal forma, o Conglomerado reconhece como passivo a sua obrigação perante o Citigroup nos termos do SPAPA. De acordo com o *Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA*, o Conglomerado efetuará um pagamento para o Citigroup com base no preço das ações ordinárias do Citigroup na data de aquisição de cada recompensa concedida na forma de ações. As mudanças no valor contábil de tal passivo durante o período são refletidas como ajuste no resultado do período.

O saldo da provisão para pagamentos baseados em ações, em 31 de dezembro de 2017, totalizava R\$ 121.442 (2016 - R\$ 109.483), registrado na rubrica "Outras obrigações - Diversas".

### 25) Patrimônio líquido

a) **Capital social**  
O capital social representa o investimento da matriz nas empresas que constituem o Conglomerado, acrescido dos lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 29 de junho de 2017, foi deliberado o aumento do capital social em R\$ 27.000 na Corretora, provenientes de Reserva estatutária - Reserva para equalização de dividendos apurados no exercício de dezembro de 2016. O Capital social da Corretora passou de R\$ 248.000 para R\$ 275.000, sem emissão de novas ações. O processo encontra-se em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil. Em AGE realizada em 1º de dezembro de 2017, foi deliberada a cisão do capital social em R\$ 14 na Corretora, bem como de 275.718 ações ordinárias correspondentes a totalidade das ações detidas pela Itaú Corretora no capital social da empresa. Em 31 de outubro de 2017 de acordo com a AGE foi deliberada a redução do capital social do Banco no montante de R\$ 260 em decorrência da cisão parcial para o Itaú Unibanco S.A. e para a Itaucard, aprovado pelo Bacen em 18 de janeiro de 2018. O Banco cancelou 2.831.052 ações ordinárias, passando ser representado por 28.307.688.315 ações ordinárias (2016 - 28.310.519.367), nominativas e sem valor nominal.

b) **Reserva legal**  
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi constituída reserva legal no montante de R\$ 39.585 (2016 - R\$ 47.907).

c) **Reserva estatutária**  
Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 90% do capital social do Conglomerado e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação do Conglomerado, estando limitada a 10% do seu capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram constituídas reservas estatutárias no montante de R\$ 329.557 (2016 - R\$ 456.071) de lucros acumulados do exercício, sendo, R\$ 299.062 (2016 - R\$ 408.116) destinados para reserva de equalização de dividendos e R\$ 30.495 (2016 - R\$ 47.955) para reserva de reforço de capital de giro.

d) **Reservas especiais de lucros**  
Constituída a fim de registrar dividendos adicionais propostos declarados após o período contábil, que excederem a parcela do dividendo mínimo obrigatório de que trata o art. 202 da Lei nº 6.404/1976, enquanto não aprovados pela assembleia ou reunião de sócios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi constituída reserva especial de lucro no montante de R\$ 182.488 (2016 - R\$ 23.490).

e) **Dividendos e juros sobre o capital próprio**  
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi constituída provisão de dividendos de R\$ 76.006 (2016 - R\$ 0).

f) **Ajuste de avaliação patrimonial**  
Compreende os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda e abrange a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido nos planos de previdência privada e assistência médica.

### 26) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	2º Semestre		Exercícios
	2017	2017	
Rendas de administração e estruturação de fundos de investimento (1)	74.282	166.981	177.133
Rendas de cobrança, comissão de colocação de títulos	48.295	74.030	71.439
Rendas de serviços de custódia	50.496	99.597	88.035
Rendas de corretagens de operações em bolsas	33.985	71.870	64.530
Rendas de serviços prestados	63.684	64.811	2.158
Rendas de utilização de serviços (2)	71.221	177.439	194.564
Receitas com operações de cartões de crédito	34.961	76.693	84.115
Receitas com administração de clientes estrangeiros	7.913	15.993	15.811
Rendas de assessoria econômico-financeira	6.261	12.927	26.585
Rendas de garantias prestadas	43.360	84.320	87.449
Receitas de serviços prestados à ligadas (3)	276.696	523.245	356.653
Outros serviços	44.641	83.328	102.077
<b>Total</b>	<b>755.795</b>	<b>1.450.834</b>	<b>1.270.719</b>
Receitas de tarifas bancárias - Renda de anuidade de cartão de crédito	39.520	102.125	125.662
Receitas de tarifas bancárias - Pessoa jurídica	28.871	58.320	46.612
Receitas de tarifas bancárias - Pessoa física	61.949	147.799	168.273
<b>Total</b>	<b>130.340</b>	<b>308.244</b>	<b>340.547</b>

(1) Trata-se de remuneração paga pelos administradores de fundos de investimentos externos, no qual o Banco e a Distribuidora prestam serviços referente à distribuição de cotas.

(2) Remuneração paga pelos estabelecimentos em contrapartida ao direito de integrar o sistema de pagamentos via cartão de crédito.

(3) As receitas de prestação de serviços à ligadas, basicamente, é decorrente da celebração dos contratos de atribuição de receitas por país que gerou um impacto de R\$ 510.323 (2016 - R\$ 349.456).

### 27) Outras despesas administrativas

	2º Semestre		Exercícios
	2017	2017	
Despesas de aluguel	(21.847)	(52.112)	(60.076)
Despesas de comunicação	(29.884)	(60.582)	(58.004)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(16.149)	(35.637)	(32.279)
Despesas de promoções e relações públicas	(8.902)	(23.130)	(23.906)
Despesas de propaganda e publicidade	(12.370)	(33.064)	(40.576)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(74.649)	(139.240)	(111.508)
Despesas de serviços de terceiros	(252.622)	(501.385)	(535.850)
Despesas de serviços técnicos especializados	(65.048)	(116.751)	(94.752)
Despesas de processamento de dados	(128.571)	(283.682)	(280.635)
Despesas de viagens	(9.883)	(19.014)	(25.142)
Despesas de amortização e depreciação	(47.375)	(103.541)	(115.188)
Despesas de água, energia e gás	(4.829)	(10.952)	(12.993)
Despesas de material	(2.146)	(5.213)	(4.745)
Despesas de transporte	(2.894)	(6.529)	(5.328)
Despesas de serviços de segurança e vigilância	(12.106)	(28.274)	(35.496)
Outras despesas administrativas	(17.594)	(39.383)	(37.416)
<b>Total</b>	<b>(706.869)</b>	<b>(1.458.489)</b>	<b>(1.473.894)</b>

### 28) Outras receitas/(despesas) operacionais

	2º Semestre		Exercícios
	2017	2017	
Receitas com operações de cartões de crédito (1)	50.801	140.688	132.677
Reversão de provisão para contingências	22.487	64.448	55.266
Receitas com operações de cessão de crédito	88.851	162.781	173.091
Varição cambial - ordem de pagamento ME (3)	322	927	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	25.322	64.570	60.347
Recuperação de encargos e despesas	10.110	28.289	19.914
Reversão de provisões operacionais	5.394	50.480	48.010
Atualizações e recuperação de impostos	1.736	2.514	65.394
Receitas na remuneração com pagamento baseado em ações	236	236	10.502
Receitas com MTM de empréstimos de ações	-	-	2.276
Reversão de provisão de reestruturação de pessoal	1.160	2.466	234
Outras receitas operacionais	10.836	24.426	43.472
<b>Total</b>	<b>217.255</b>	<b>543.825</b>	<b>611.183</b>

	2º Semestre		Exercícios
	2017	2017	
<b>Despesas</b>			
Atualização monetária de contingências	(31.728)	(69.425)	(86.670)
Despesas com operações de cartões de crédito (2)	(91.901)	(243.460)	(327.008)
Despesas com provisões operacionais	(23.794)	(24.225)	(2.933)
Despesas com provisões para contingências	(94.066)	(210.709)	(166.518)
Despesas com administração de recursos	(11.428)	(21.227)	(15.658)
Despesa com administração e estruturação de fundos de investimentos	-	-	(357)
Despesas com provisão de reestruturação de pessoal	(21.139)	(34.023)	(594)
Varição cambial - ordem de pagamento ME (3)	-	-	(6.191)
MTM negativo de ações dadas por empréstimos	(257)	(257)	(1.037)
Despesas de serviços prestados à ligadas (4)	(103.449)	(187.014)	(61.102)
Outras	(75.607)	(128.771)	(94.647)
<b>Total</b>	<b>(453.369)</b>	<b>(919.111)</b>	<b>(762.715)</b>

(1) Refere-se, substancialmente, às receitas de juros de mora e bandeira por inadimplência dos portadores de cartão de crédito.  
(2) Refere-se, substancialmente, às comissões pagas às bandeiras e aos parceiros oriundos de transações realizadas pelos portadores de cartão de crédito.  
(3) Os saldos credores apresentados por contas de resultado de natureza devedora, decorrentes da contabilização da variação cambial incidente sobre ordem de pagamento em moedas estrangeiras, foram reclassificados para esta rubrica.  
(4) As despesas de serviços à ligadas é decorrente da celebração dos contratos de atribuição de despesas por país.

### 29) Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

	Citibank		Leasing	Distribuidora	Corretora	Conglo-merado
	N.A.	S.A.				
<b>Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias</b>	<b>69.318</b>	<b>146.341</b>	<b>1.911</b>	<b>107.768</b>	<b>33.477</b>	<b>388.336</b>
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	67.963	252	1.833	67.519	27.465	165.032
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro diferido	-	87.260	-	-	57	87.317
Impostos e contribuições a recolher	1.355	58.829	78	40.249	5.955	106.466
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	-	25.685	-	3.836	-	29.521
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(86.981)</b>	<b>(400.186)</b>	<b>(11.015)</b>	<b>(88.483)</b>	<b>(32.853)</b>	<b>(619.518)</b>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(111.569)	(345.841)	(4.670)	(89.962)	(39.747)	(591.789)
(Ativo)/passivo fiscal diferido	(24.258)	(54.345)	(6.345)	1.479	6.894	(27.729)
<b>Total</b>	<b>Citibank N.A.</b>	<b>Citibank S.A.</b>	<b>Leasing</b>	<b>Distribuidora</b>	<b>Corretora</b>	<b>Conglo-merado</b>
<b>Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias</b>	<b>71.778</b>	<b>182.932</b>	<b>173</b>	<b>139.357</b>	<b>38.007</b>	<b>432.247</b>
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	68.124	-	-	125.936	33.009	227.069
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro diferido	-	64.269	-	400	160	64.829
Impostos e contribuições a recolher	3.654	118.663	173	13.021	4.838	140.349
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(140.527)</b>	<b>246.275</b>	<b>(7.329)</b>	<b>(148.774)</b>	<b>(40.726)</b>	<b>(91.081)</b>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(110.621)	(32.540)	(858)	(157.095)	(45.280)	(346.394)
(Ativo)/passivo fiscal diferido	(29.906)	278.815	(6.471)	8.321	4.554	255.313

### 30) Transações com partes relacionadas

a) **Transações com partes relacionadas**  
As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750 de 30 de junho de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

	2017			
	Controladoras (1)	Controladas (2)	Outras partes relacionadas No País (3)	No exterior (4)
<b>Ativo</b>				
Disponibilidades	-	(1)	-	188.029
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	791.874
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	707.243
Outros créditos	108.573	-	3.021	5.829.997
<b>Passivo</b>				
Depósitos	(25)	(16)	(31.049)	(1.024)
Obrigações por operações compromissadas	(201.904)	-	(598.601)	(1.211.277)
Relações interdependências	-	-	-	(3.205)
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(17.125)	(11.007.377)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(459.545)
Outras obrigações	(101.985)	-	(875)	(6.093.901)

	2016			
	Controladoras (1)	Controladas (2)	Outras partes relacionadas No País (3)	No exterior (4)
<b>Ativo</b>				
Disponibilidades	-	-	-	312.908
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	778.684
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	805.476
Operações de crédito	-	-	-	30
Outros créditos	-	10	1.618	6.609.843
Investimentos	-	31.599	-	-
<b>Passivo</b>				
Depósitos	-	(8.899)	(23.434)	-
Obrigações por operações compromissadas	(16.306)	(51.145)	(508.959)	(1.132.877)
Relações interdependências	-	-	-	(435)
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	(10.064.395)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(531.676)
Outras obrigações	(1.966)	-	-	(6.502.093)
<b>Receita/(despesa)</b>				

Continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

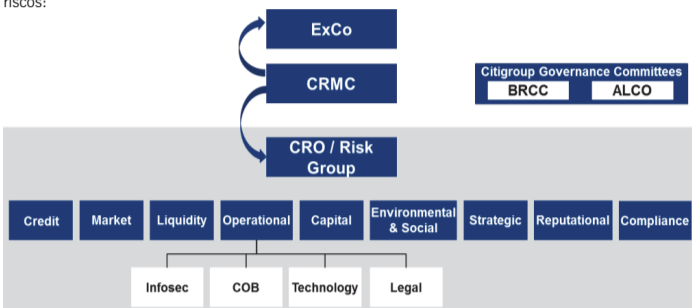
c) O resultado não operacional está composto da seguinte forma:

	2º Semestre		Exercícios 2016
	2017	2017	
<b>Receita não operacional</b>			
Lucros na alienação de participações societárias (1)	274.497	274.497	-
Lucros com alienação de valores e bens	278	972	1.930
Rendas de aluguéis	1.995	4.316	3.226
Outras rendas não operacionais	-	-	14
<b>Total</b>	<b>276.770</b>	<b>279.785</b>	<b>5.170</b>
<b>Despesa não operacional</b>			
Prejuízo na alienação de investimentos	(34)	(34)	-
Prejuízo na alienação de valores e bens (2)	(8.656)	(12.044)	(94.882)
Outras despesas não operacionais	(25)	(25)	(33)
<b>Total</b>	<b>(8.725)</b>	<b>(12.103)</b>	<b>(94.915)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>268.045</b>	<b>267.682</b>	<b>(89.745)</b>

(1) Refere-se ao lucro na alienação da participação da ACCS Administradora e Corretora de Seguros Ltda. para o Banco Itaú Unibanco S.A.  
(2) Inclui baixas de Softwares.

### 34] Gerenciamento Integrado de Riscos

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, observa a Resolução 4.557 do Bacen, publicada em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida, as regras para Gestão de Riscos e Gestão de Capital. Em linha com a Resolução, o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui a seguinte estrutura de governança de riscos:



**Executive Committee (ExCo):** é o principal Comitê Interno do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, composto pelos chefes das principais áreas de negócios e infraestrutura, conforme descrito no *Citi Brazil Corporate Governance Procedures and Standards*. Ele coordena a interação entre linhas de negócios, produtos e áreas de infraestrutura, bem como discute questões relevantes de risco.

**Country Risk Management Committee (CRMC):** o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil adota e mantém, ainda, o CRMC como instância de apoio e governança para a gestão dos riscos corporativos relevantes, abrangendo risco de crédito, mercado, IRRIBB, capital, liquidez, operacional, socioambiental, estratégico, reputacional além de riscos adicionais considerados relevantes pela instituição.

### Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil ("Conglomerado") foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

- avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado, incluindo notas explicativas e relatório dos auditores independentes;
- avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e
- avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por 10 vezes no período de 1º de janeiro de 2017 à 26 de fevereiro de 2018, onde desenvolveu as seguintes atividades:

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e à Diretoria do

Conglomerado Financeiro Citibank Brasil

São Paulo - SP



#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas combinadas do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil ("Conglomerado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado combinado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que o Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank, e o grupo Itaú Unibanco celebraram contrato de compra e venda das operações do Consumer Bank no Brasil.

A operação envolveu a reestruturação societária de algumas empresas do Conglomerado Financeiro Citibank, de modo que o negócio do varejo foi cindido e absorvido pelo grupo Itaú Unibanco. A aprovação da operação pelos órgãos reguladores foi finalizada em outubro de 2017. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Conglomerado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas combinadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

**Chief Risk Officer (CRO)/Risk Group:** o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil prevê a atuação do CRO, sendo este responsável pela supervisão da conformidade, verificação, monitoramento e prevenção dos riscos controlados pela segunda linha de defesa; bem como a atuação do *Risk Group*, o qual tem como objetivo auxiliar o CRO no processo de avaliação e decisão de ações de mitigação de riscos e, principalmente, promover maior transparência às partes interessadas ao informar os riscos aos quais às áreas estão expostas, as políticas, normas e medidas adotadas para sua mitigação, bem como sua eficácia e eficiência, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco, o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil conta, por fim, com o Grupo de Risco.

#### 34.1. Gerenciamento de risco de capital

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil e da unidade única responsável pelo gerenciamento do capital das demais empresas do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, cumprindo suas responsabilidades de acordo com a Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional - CMN, estabeleceu a Política de Gerenciamento de Capital, cujas responsabilidades e procedimentos são baseados nas diretrizes de gerenciamento de capital instituídas pelo Citigroup globalmente.

A estrutura de gerenciamento de capital adotada pelo Conglomerado Prudencial Citibank Brasil baseia-se em três princípios, sendo eles: mensuração, monitoramento e planejamento de capital. O gerenciamento de capital visa maximizar o retorno financeiro aos acionistas, atender aos requerimentos regulatórios de capital, regulamentações vigentes e políticas internas aplicáveis. Ademais, durante o processo de gerenciamento de capital também são consideradas as metas internas de adequação de capital, índices e limites de acionamento de contingência.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de capital consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

#### 34.2. Gerenciamento de risco operacional

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, instituiu em junho de 2007 a Política de Gerenciamento de Risco Operacional. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil mantém uma estrutura de Gestão de Risco Operacional com uma estrutura de Governança para sustentar suas atividades centrais de Gestão de Risco Operacional de antecipação, mitigação e recuperação. Para garantir a gestão efetiva de risco operacional por todo o Conglomerado, a Estrutura de Governança apresenta três linhas de defesa:

**Primeira Linha de Defesa - Negócio:** O negócio assume seus riscos, incluindo seu risco operacional e é responsável por sua gestão.

**Segunda Linha de Defesa - Gestão de Risco Independente e Funções de Controle - Operational Risk Management, Compliance, Risk, Finanças, Recursos Humanos e Jurídico:** Constituem a segunda linha de defesa com o objetivo de aumentar a eficácia dos controles e garantir a gestão adequada dos riscos operacionais em todos os produtos, linhas de negócios e regiões.

**Terceira Linha de Defesa:** A Auditoria Interna recomenda melhorias nos processos e práticas de forma contínua e oferece avaliação e análise independente.

O Superintendente de Riscos Operacionais é responsável por garantir o controle e a direção estratégica no processo de identificação de riscos operacionais significativos e controles mitigadores conforme o processo global de Auto-Avaliação de Risco e Controle, bem como no cumprimento de todos os requisitos regulamentares aplicáveis. É também responsável por assegurar a comunicação ao *Chief Risk Officer* e ao Comitê de Riscos, Controles Internos e Compliance, assim como, quando necessário, aos Auditores Independentes e órgãos reguladores, dos riscos operacionais significativos e emergentes, das medidas mitigadoras adotadas, e das possíveis deficiências de controle agregadas e significativas na organização como um todo.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

#### 34.3. Gerenciamento de risco de mercado

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma diretoria de risco de mercado, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup. A estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) avaliação de riscos nas carteiras de banking; v) apreçamento e marcação a mercado; e vi) novas transações, atividades e operações complexas.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de mercado consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

#### 34.4. Gerenciamento de risco de crédito

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do *Independent Risk Management* do Citigroup. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito a nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de crédito consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

#### 34.5. Gerenciamento de risco de liquidez

Em cumprimento à Resolução, nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Liquidez Global do Citigroup. A política de risco de liquidez é única e, portanto, aplicável para todo o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, incluindo todas as suas subsidiárias, e estabelece uma padronização para definir, mensurar, limitar e reportar o risco de liquidez, garantindo consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco.

O plano de liquidez do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil é elaborado anualmente e aborda todas as questões estratégicas de liquidez requeridas pela Política de Risco de Liquidez, estabelecendo métricas, relatórios e limites, incluindo a segregação por moeda, risco *intraday* e o plano de contingência para situações extremas. Como parte do plano de liquidez, as premissas e simulações de cenários de stress são revisados e aprovados pela alta administração no Comitê de Ativos e Passivos - ALCO. Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

#### 34.6. Gerenciamento de risco socioambiental

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, em linha com as Resoluções nº 4.327 de 25 de abril de 2014 e nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Conselho Monetário Nacional - CMN, estabelece política interna, procedimentos e governança, sob supervisão CRO, para gerenciamento de risco socioambiental.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de socioambiental consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Responsabilidade Socioambiental.

#### 34.7. Gerenciamento de riscos relevantes

O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui um processo para identificação dos riscos relevantes, sendo que, a partir das diretrizes do grupo e riscos avaliados no planejamento estratégico o banco define o conjunto corporativo de riscos relevantes.

### A Diretoria

Alexandre Macedo Barbosa  
CRC: 1SP191859/0-5

- o relatório do Diretor Responsável pela Ouvidoria e no que se refere à observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria.

Em sessão realizada em 26 de fevereiro de 2018, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, (ii) dos assuntos de destaque do exercício, e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.

Comitê de Auditoria

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conglomerado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conglomerado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Conglomerado a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/0-6

Luciana Liberal Sâmia  
Contadora CRC 1SP198502/0-8



Rio de Janeiro

O CITI ESTÁ COM NOVOS  
ESCRITÓRIOS CORPORATIVOS  
NO BRASIL.

PARA SUA EMPRESA  
E FAMÍLIA FAZEREM NEGÓCIOS  
NO MUNDO INTEIRO.

Belo Horizonte | Brasília | Campinas | Curitiba | Porto Alegre  
Ribeirão Preto | Rio de Janeiro | Salvador | São Paulo

